

Lisboa, 10 de Setembro de 2009

Caros Senhores,

O Partido Operário de Unidade Socialista (POUS), tal como a IVª Internacional de que é a secção portuguesa, combate(m) pela revolução socialista em Portugal e à escala mundial, porque considera(m) que o capitalismo imperialista em que vivemos deixou de gerar o bem-estar e o progresso da humanidade, para se transformar numa ameaça à sua própria sobrevivência, ao destruir a sua principal força produtiva: os trabalhadores. O desemprego, a miséria, a fome, o obscurantismo e as guerras constituem exemplos históricos eloquentes da barbárie com que o capitalismo ameaça aniquilar o conjunto da civilização humana.

Este processo de agonia do capitalismo impõe-lhe a necessidade de destruir as conquistas democráticas resultantes da luta da burguesia pela sua própria emancipação da opressão feudal – de que as revoluções americana e francesa do século XVIII constituem momentos paradigmáticos – com o objectivo de impedir a organização independente dos trabalhadores e, desse modo, neutralizar a sua capacidade de resistência aos ataques contra os seus direitos.

Nestas circunstâncias, têm sido as classes trabalhadoras, através da sua luta plurissecular, a assumir, no essencial, a defesa do legado histórico democrático da emancipação da burguesia, enquanto factor de progresso do conjunto da humanidade: Basta recordar a luta pela universalização do sufrágio.

E, por conseguinte, também a defesa da República e da Laicidade, que importa prosseguir, contra todas as ameaças de que são alvo.

Desde logo, para além das meras evocações, é essencial aprofundar e difundir sistematicamente o conhecimento da importância do seu lugar na história portuguesa e mundial, de forma a viabilizar uma efectiva apreensão do significado dos valores que representam.

O que certamente facilitará a mobilização dos cidadãos contra todos os ataques antidemocráticos de que forem objecto.

A propósito do que importa salientar, antes de mais, que o POUS se opõe à anunciada revisão da Constituição da República portuguesa, com que a direita pretende pôr em causa os direitos de cidadania conquistados revolucionariamente pelos trabalhadores portugueses a

partir de 25 de Abril de 1974, pelo que a preservação da forma republicana de governo, requisito fundamental da democracia, não deve ser retirada dos limites materiais de revisão constitucional.

A conquista do estatuto de cidadão deve ser defendida, contra toda e qualquer tentativa de o reduzir à condição de súbdito, antecâmara da condição de escravo.

No que respeita à Laicidade, o POUS defende a separação do Estado (assim como da Escola pública) de todas as confissões religiosas, pelo que estas não devem ter qualquer tipo de intervenção organizada, nem ser oficialmente representadas nos estabelecimentos públicos – através de aulas de religião e moral, cerimónias religiosas, capelania hospitalar, militar, prisional ou outra, assim como da exibição oficial de símbolos religiosos – ou pagas pelo Erário público.

Tal como o Hospital público deve tratar gratuitamente todos os cidadãos doentes, a Escola pública deve, em exclusivo, ocupar-se do desenvolvimento e da difusão do conhecimento científico, através da investigação e do ensino gratuito de todos os cidadãos, do jardim-escola à universidade.

Constituindo a religião um assunto privado, deve ser assumida e suportada exclusivamente pelos respectivos crentes, que, no exercício da sua liberdade de expressão têm, como qualquer outro cidadão, o direito de exhibir individualmente símbolos da sua identidade cultural (incluindo a religiosa) sem qualquer discriminação. Razão pela qual é condenável, a todos os títulos, a exclusão de alunas muçulmanas da Escola pública por recusarem tirar o véu identitário, como foi arbitrariamente imposto pelo Governo francês desde há alguns anos, invocando usurpadoramente a Laicidade, ao mesmo tempo que continua a empenhar-se na destruição do Ensino público, laico e gratuito, herdado das reformas republicanas de 1881-1885, de Jules Ferry, que deram continuidade ao legado da Revolução de 1789.

Do mesmo modo que é inaceitável qualquer restrição à liberdade de crítica da religião, componente indispensável da luta contra o obscurantismo, pelo que devem ser revogadas todas as leis que consagrem esta ou qualquer outra limitação da liberdade.

Atentamente

A direcção do POUS (Secção portuguesa da IVª Internacional)